



Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 4

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 4

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 4 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-910-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.100220903>

1. Serviço Social. 2. Questões sociais. I. Cavalcanti,
Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 4* apresenta 04 (quatro) artigos decorrentes de ensaios teóricos, pesquisas qualitativas, dentre outros.

O primeiro artigo analisa os direcionamentos ético-políticos da prática profissional do Assistente Social no enfrentamento à violência contra a mulher discutindo as mediações ético-políticas construídas pelos Assistentes Sociais neste sócio ocupacional.

O segundo texto apresenta os resultados de pesquisa qualitativa desenvolvida no âmbito Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia, analisando os conflitos socioterritoriais produzidos a partir do processo de produção das cidades na Amazônia.





O terceiro artigo apresenta contribuições para a sistematização do trabalho do Assistente Social no contexto da assessoria de políticas públicas, especificamente junto aos Conselhos Tutelares.

E finalmente o último artigo discute os artigos: artigo 8 – Proteção contra a exposição à fumaça do tabaco; artigo 9 – Educação, comunicação, treinamento e conscientização; e artigo 14 – Medidas de redução de demandas relativas à dependência e ao abandono do tabaco da Convenção-Quadro para o controle do tabaco e os relaciona com as políticas públicas brasileiras vinculadas.

Assim, convidamos o leitor a acessar às contribuições para a discussão do caráter sociopolítico e interventivo do serviço social no contexto das políticas públicas na contemporaneidade.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| “EM BRIGA DE MARIDO E MULHER A GENTE METE A COLHER”: DIRECIONAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER | |
| Luise Maria Santos Santos Rosenária Ferraz de Souza | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.1002209031 | |
| CAPÍTULO 2 | 13 |
| PRODUÇÃO DAS CIDADES E INSURGÊNCIAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: UM DEBATE DA QUESTÃO TERRITORIAL EM BELÉM E SANTARÉM | |
| Ana Caroline dos Santos Ferreira Taynah de Nazaré Argolo Marinho Sandra Helena Ribeiro Cruz | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.1002209032 | |
| CAPÍTULO 3 | 24 |
| ASSESSORIA DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS CONSELHOS TUTELARES - UMA REALIDADE EM MOVIMENTO NO MUNICÍPIO DE MAGÉ | |
| Caroline do Nascimento de Abreu da Silva Denise Gonzaga Cardozo de Oliveira Ingrid Adame Moreira | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.1002209033 | |
| CAPÍTULO 4 | 36 |
| A CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO E A POLITICA DE CONTROLE DE TABAGISMO NO BRASIL | |
| Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.1002209034 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 63 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 64 |

CAPÍTULO 2

PRODUÇÃO DAS CIDADES E INSURGÊNCIAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: UM DEBATE DA QUESTÃO TERRITORIAL EM BELÉM E SANTARÉM

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 07/02/2022

Ana Caroline dos Santos Ferreira

Mestranda em Planejamento Urbano,
Universidade Federal do Paraná - UFPR
Curitiba - PR
<http://lattes.cnpq.br/5413487674642807>

Taynah de Nazaré Argolo Marinho

Mestra em Serviço Social, Universidade
Federal do Pará - UFPA
Belém - PA
<http://lattes.cnpq.br/6117612679516969>

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Docente da Faculdade de Serviço Social,
Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém - PA
<http://lattes.cnpq.br/6427847823348453>

RESUMO: Este artigo tem como centralidade analisar os conflitos socioterritoriais produzidos a partir do processo de produção das cidades na Amazônia. O estudo se desenvolveu nos municípios de Belém e Santarém, no estado do Pará, onde constatando-se alterações socioterritoriais estimuladas, sobretudo pela lógica capitalista de apropriação do território, que têm despontado conflitos pela permanência na terra por parte da população nativa, seja em áreas urbanas ou *periurbanas*. Nesse sentido, pretende-se trazer uma reflexão sobre

as modificações no território amazônico e os seus rebatimentos para a população local e compreender como estes sujeitos têm se organizado em defesa dos direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Conflitos, Amazônia.

PRODUCTION OF CITIES AND SOCIAL INSURGENCES IN THE AMAZON: A DEBATE ON THE TERRITORIAL ISSUE IN BELÉM AND SANTARÉM

ABSTRACT: This article focuses on analyzing the socio-territorial conflicts produced from the production process of cities in the Amazon. The study was carried out in the municipalities of Belém and Santarém, in the state of Pará, where socio-territorial changes stimulated, especially by the capitalist logic of territorial appropriation, have emerged conflicts over the permanence on the land by the native population, whether in urban or peri-urban areas. In this sense, it is intended to bring a reflection on the changes in the Amazon territory and its repercussions for the local population and to understand how these subjects have organized themselves in defense of social rights.

KEYWORDS: Territory, Conflicts, Amazon.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de duas Pesquisas realizadas no âmbito do Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM)¹,

¹ O Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM) foi criado em 2015 e reuniu pesquisadores da temática urbana e rural. Em 2017, o LABPSAM foi transformado no Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Ama-

vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFGPA). O objetivo central do artigo é evidenciar a emergência de conflitos socioterritoriais no contexto contraditório de produção das cidades amazônicas. Nesta região, as cidades têm sido uma das bases para o processo de acumulação capitalista, alterando as estruturas sociais e culturais da organização espontânea das populações locais, provocando os conflitos e os movimentos de resistência pela posse e permanência na terra (CRUZ, 1994, 2012; COSTA, 2012).

O estudo elegeu as cidades de Belém e Santarém, no estado do Pará, como *lócus* da pesquisa, em que cada uma delas apresenta diferentes implicações em seus processos econômicos, políticos, culturais e sociais. No entanto, identificam-se semelhanças em ambas as cidades, em vista de estarem entrelaçadas por uma lógica capitalista de apropriação do território, mercantilizando-o em benefício do capital, com o fim último de subjugar suas potencialidades para fins financeiros.

A pesquisa foi referenciada teórica e metodologicamente pelos autores da teoria marxiana, tais como: Friedrich Engels (1985), Henri Lefebvre (2001) e Jean Lojkin (1981), que elucidam no plano global a produção das cidades capitalistas, e aqueles que contribuem no plano local do contexto amazônico citam-se: Cruz (1994, 2012), Sá; Costa; Tavares (2006), Cruz; Castro; Sá (2010), Costa (2012), entre outros.

Engels (1987) nos ajuda a pensar o processo de separação entre campo e cidade em curso na Amazônia, pois, para o autor a primeira divisão social do trabalho se deu em decorrência da separação entre o rural e o urbano. Embora, os estudos de Engels datem do século XIX e reflita sobre a realidade europeia em pleno processo de industrialização fabril, o mesmo nos auxilia na análise dos conflitos sociais gerados a partir da divisão social do trabalho que também tem na separação campo e cidade o lugar do conflito, com as frações das classes sociais se confrontando por meio do trabalho e da disputa pela ocupação de terras.

Nas cidades inglesas do século XIX, Engels ([19--]) verificou o movimento intenso de massas rurais atraídas para as grandes cidades que se converteram em centros industriais. Enquanto que o traçado das velhas cidades já não correspondia às condições da nova grande indústria nem ao seu grande movimento. Em Belém verifica-se um processo de consolidação da urbanização através da política urbana que busca consolidar a urbanização por meio da infraestrutura que favorece principalmente o setor imobiliário e as indústrias instaladas nos municípios próximos e que se utilizam da logística oferecida por essa grande cidade amazônica. Citam-se os programas de macrodrenagem que tendem a garantir nova configuração urbana para Belém, os projetos de revitalização dos portos em grande parte das cidades amazônicas e a política do agronegócio, favorecendo a circulação de mercadorias produzidas nas cidades amazônicas, como é o caso da produção da soja em Santarém.

zônia Globalizada (GPPUMA).

O processo de urbanização produzido segundo esta lógica revela ruptura, fragmentação e segregação, dada a lógica de apropriação privada da terra e dos meios de produção, fundada nas vantagens próprias à (re) produção do capital – instalações industriais, meios de comunicação e circulação (diferentes tipos de vias de escoamento de produtos, como por exemplo, rodovias, ferrovias, aeroportos, heliportos e, mais recentemente, as chamadas superinfóvias, redes telemáticas de fibras óticas, TV a cabo etc.) – em contraposição àquelas relativas à reprodução da força de trabalho – moradias, equipamentos/serviços coletivos etc (CRUZ et al 2010, p. 194-195).

Assim, ao estudar esses processos nas duas cidades, observamos que tanto em Belém como em Santarém os projetos econômicos desenvolvidos pelo Estado e pelo mercado desterritorializam a população local e geram conflitos pela posse da terra, seja urbana, seja rural.

2 | TRANSFORMAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS E OS CONFLITOS EM BELÉM: O PROMABEN EM QUESTÃO

Belém é uma das principais metrópoles da região amazônica, apresentando um contingente populacional com estimativa de 1.439.561 habitantes distribuídos em uma área territorial de 1.059 km², gerando uma densidade demográfica em torno de 1358,77 hab/km², conforme dados do Censo (IBGE, 2015). Constitui-se no principal aglomerado urbano de sua região metropolitana (RMB), cujo crescimento demográfico deve ser associado ao fato de que no Pará há uma vinculação direta da situação de exploração da Amazônia, com a forma de como a RMB se estrutura, em função dos projetos econômicos voltados à exploração mineral e energética localizadas no estado do Pará.

Segundo Cardoso et al. (2007), na Amazônia Oriental, os projetos minerais e energéticos deixaram para Belém a posição de entreposto de serviços e de concentração de população de baixa renda, haja vista apresentar infraestrutura urbana, atraindo, grandes massas de trabalhadores que, sem trabalho e sem lugar para morar, acabam entrando numa disputa, principalmente com os setores do mercado imobiliário, pelo lugar de morar e trabalhar e vivenciando conflitos por acesso à terra urbana e à rede de serviços públicos.

Para Rodrigues (1996), nos anos 1970, a Amazônia viveu um vigoroso processo de afluxo populacional vinda do campo, particularmente das áreas de fronteiras de expansão, produzindo fenômenos como o inchaço dos grandes centros urbanos da região, a favelização, o desequilíbrio socioambiental e conflitos urbanos. Assim, a população pobre que chegava em Belém começou a ocupar as áreas urbanas a partir das áreas de baixada, consideradas abaixo do nível do mar e por isso alagadiças, sem infraestrutura urbana, mas localizadas nos bairros centrais da cidade, fenômeno que ocorreu até meados dos anos 1980, quando a população que veio morar nessa cidade iniciou um novo processo de ocupação, estimulados pela política de conjuntos habitacionais, a população de baixa renda e mesmo setores da classe média buscam ocupar as áreas localizadas no setor

norte de Belém.

Em 1996, a prefeitura, por meio da Lei 7806/96 ampliou para 71 o número de bairros em Belém, revogando a Lei 7.245/84. Com o reconhecimento legal dos novos bairros, Belém assumiu nova configuração territorial com forte adensamento demográfico, acompanhado por intenso processo de especulação da terra urbana. Segundo Cruz (1994), foi nesses anos que a cidade sofreu transformações mais radicais, em que se presenciaram processos de desorganização e de reorganizações do espaço urbano regional, com o urbano assumindo papel de integração funcional da fronteira ao espaço global do capital.

Ressalta-se que, nesse contexto, os bairros que compõem a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN): Jurunas, Cremação, Condor, Guamá e parte do bairro Cidade Velha, foram os primeiros a sofrerem o impacto do processo migratório interno do Pará, com alta densidade demográfica, disputas pela ocupação da terra e apropriação da moradia e trabalho num primeiro momento e em um segundo momento passaram a tencionar junto ao poder público pela demanda de infraestrutura urbana de saneamento, escola, postos de saúde etc. Primeiro foi a luta pela terra urbana e depois a luta por equipamentos urbanos e coletivos, ou seja pela urbanização das áreas alagadas ou alagadiças.

Mais recentemente, já no século XXI, após décadas de pressão ao poder público, a prefeitura municipal de Belém deu início ao Programa de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (PROMABEN)², com o intuito de resolver a questão do alagamento das áreas de baixadas existentes nos referidos bairros. O PROMABEN teve início em 2009, a partir da assinatura de contrato de financiamento com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$137.500,000, com ações executadas em toda a extensão da Av. Bernardo Sayão (Estrada Nova) com aproximadamente 6km, são: a) Drenagem da bacia, b) Saneamento básico, c) Urbanismo e habitação, e d) Revitalização urbano-ambiental.

Considerando a extensão territorial da BHEN, o programa a dividiu em quatro sub-bacias para efeito de organização e intervenção em etapas. Assim, o PROMABEN deverá prever a macro e microdrenagem de quatro sub-bacias:

[...] a sub-bacia 1, que vai da travessa Veiga Cabral à rua Fernando Guilhon, a sub-bacia 2, que vai da rua Fernando Guilhon até o canal da travessa Quintino Bocaiúva, a sub-bacia 3, que vai do canal da Quintino ao canal da travessa 3 de maio e a sub-bacia 4, que vai do canal da 3 de maio à Universidade Federal do Pará (UFPA) (CRUZ, 2012, p. 178).

O PROMABEN, sendo um empreendimento de grande porte e abrangendo toda a extensão da BHEN, faz necessário para a sua execução, a expropriação de residências, pontos comerciais e portos, como demonstra um trecho do Relatório de Impacto Ambiental encomendado pela PMB:

² O PROMABEN faz parte de uma intervenção urbanística mais ampla que reúne a urbanização da orla fluvial sul, por meio do projeto Orla e a macrodrenagem da Estrada Nova (PROMABEN), formando o denominado Portal da Amazônia (CRUZ, 2012).

As áreas interferentes com as obras de implantação da macrodrenagem e as demais obras que visam a requalificação urbana e ambiental na bacia de Estrada Nova deverão estar livres da ocupação antrópica desordenada. O objetivo geral deste Programa de Remoção e Reassentamento é liberar estas áreas para implantar tais obras considerando o resgate da cidadania como condição para a sustentabilidade do PROMABEN (BELÉM, 2007, p. 81).

Embora o PROMABEN adote ações que pretendem responder às demandas da população residente nas áreas afetadas pelo programa, o mesmo interfere diretamente na questão da moradia na BHEN uma vez que a remoção das moradias geram conflitos entre a população e o poder público, sobretudo pela ausência de informações esclarecedoras, motivando insegurança quanto ao empreendimento e seus impactos. No que tange ao remanejamento das moradias localizadas à beira-mar, houve processo de resistência de duas vilas: A Vila Elaine e a Vila Santa Luzia, em relação às soluções previstas para a questão da desapropriação das moradias existentes nessas Vilas desde meados do século XX:

[...] existem vilas de casas que abrigam centenas de famílias residentes, por um tempo que se estende de 10 a 30 anos, e que a partir da intervenção do projeto foram demolidas em sua totalidade, com exceção da Vila Elaine e Vila Santa Luzia que até o presente momento resistem à ação de remanejamento (CRUZ, 2012, p. 220).

Segundo Malheiros (2009), os moradores da sub-bacia I, se organizaram e reivindicaram junto ao ministério público uma audiência pública, ocorrida em 2008, para que a PMB esclarecesse sobre o programa. Entretanto, desde 2010 a PMB tem desapropriado residências que nem sempre são usadas exclusivamente como moradia, e sim como moradia e comércio (estratégia de subsistência e trabalho das famílias da área), definidas pelo programa como unidades mistas. Inicialmente o programa previu a remoção de 2.129 residências, alterando a vida de pelo menos dez mil pessoas diretamente (MALHEIROS, 2009, p. 121).

Nesse sentido, verifica-se que o PROMABEN tende a alterar a fisionomia do território da BHEN que historicamente foi moldada pela dinâmica social e cultural dos sujeitos dessa região, obstruindo as formas de moradia e trabalho encontrado pela população, com a remoção das moradias e comércios em favor da revitalização da área, atendendo ao apelo feito pelo mercado ao Estado de se garantir infraestrutura urbanística capaz de tornar as áreas degradadas em condições de receber os investimentos feitos pelo mercado imobiliário nas áreas nobres revitalizadas. Esse processo, contudo, acontece sob intensos conflitos, uma vez que no cerne da questão:

[...] Dezenas de trabalhadores tiveram suas formas de produção desorganizadas, em decorrência da peculiaridade do trabalho da pesca, do comércio, do porto etc., gerando diferentes tipos de insatisfação à população originária da área [...] moradores que resistem em não sair do lugar, sem que tenham uma certeza sobre o seu futuro (CRUZ, 2012, p. 223).

Quem se beneficiará dos resultados do projeto? Para onde nós iremos depois? Porque depois que tudo estiver terminado outros virão para se apropriar de tudo que a gente sempre almejou. São questões levantadas tanto pelos moradores remanejados quanto por aqueles que permanecem nas áreas, mas que não se sentem seguros em seu lugar de moradia.

Contraditoriamente, os conflitos e resistências na BHEN não se colocam avessas ao PROMABEN, uma vez que as demandas por saneamento básico é histórica em Belém, pelo contrário, o que contestam é o modelo de política urbana excludente e segregativa, que não tem como centralidade a questão da moradia.

Nesse sentido, as transformações socioterritoriais decorrentes de intervenções urbanísticas como o PROMABEN, confirmam a concepção de uma política urbana que objetiva a produção de cidades capitalistas competitivas no mercado global, onde a fração das classes trabalhadoras não tem lugar, em vista de não possuir renda suficiente para comprar e usufruir os bens coletivos produzidos no âmbito das cidades, como é o caso da terra urbana e dos equipamentos urbanos garantidos pelo Estado.

3 | TRANSFORMAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NA MICRORREGIÃO DE SANTARÉM: A LUTA PELO TERRITÓRIO NA TERRA INDÍGENA MARÓ

No caso de Santarém, o estudo foi realizado na “Terra Indígena Maró” (TI Maró) localizada às proximidades da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns. A microrregião é formada pela área urbana onde se concentram a rede de serviços públicos, atividades financeiras, portuárias e por uma área rural onde se encontram as áreas ocupadas por diversas comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e agricultores familiares que sobrevivem do extrativismo, agricultura de subsistência e a pesca, e também área onde se encontram as atividades do setor madeireiro e extensas áreas de cultivo de soja.

A partir dos anos 1990, as transformações em curso nesta região desencadearam os conflitos fundiários (envolvendo grilagem de terras, loteamento irregular, exploração ilegal dos recursos naturais e o desmatamento em áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais - com a intensificação da atividade madeireira – tendo como principal motivação a posse da terra entre as comunidades indígenas originariamente instaladas e os grandes empresários em função da supervalorização das terras. A Terra Indígena Maró localiza-se em uma área vizinha à Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns. Ambas as áreas fazem parte de uma Gleba de terras que está sob jurisdição do Estado e corresponde a uma área aproximada de 87.000 hectares, ocupada por 14 comunidades³.

A Terra Indígena Maró é formada por três comunidades indígenas (São José III, Novo Lugar e Cachoeira do Maró) que englobam as etnias Borari e Arapium (área estudada

3 Ocupada por 14 comunidades: São Raimundo do Alto Aruã, São Francisco, Novo Paraíso, Cachoeira do Aruã, Gapó Acú, São Luís, Sociedade dos Parentes, Fé em Deus, Vista Alegre, Repartimento, Mariazinha e três comunidades indígenas da TI Maró.

no Projeto de pesquisa). Nos últimos anos, essas comunidades passaram a demandar reconhecimento de sua identidade e de seu território, afirmando um posicionamento político em defesa do seu modo de produção e reprodução social, contrapondo-se à lógica de mercantilização da terra e dos recursos naturais.

Segundo Costa (2012), às demandas territoriais do movimento indígena estão associadas à rápida formação do mercado de terras e aos casos de violências e ameaças de expropriação das áreas habitadas por essas comunidades onde grileiros, madeireiros e, atualmente, sojicultores, usam mecanismos violentos de apropriação de terras. Um Dossiê, contendo 150 (cento e cinquenta) documentos dos estudos realizados, desde 2005, na região do Baixo Amazonas pela Comissão Pastoral da Terra/CPT foi entregue ao Ministério Público Federal e à Secretaria de Meio Ambiente do Pará/SESMA, apontando os impactos da instalação do porto graneleiro da Cargill⁴.

Dados da CPT (2010) indicam que têm crescido o número de conflitos nos municípios Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Santarém, Belterra e Aveiro que compõem a região do Baixo Amazonas paraense. A intensificação desses conflitos nessa região está associada com a instalação da empresa Cargill que tem acirrado a disputa por terras com populações tradicionais.

A atuação das comunidades pertencentes à TI Mar no processo de demarcação territorial conta com o apoio do Grupo Consciência Indígena (GCI) e do Conselho Indígena do Tapajós e Arapiuns (CITA) que consolidam a articulação política na luta pelo território. Os membros da TI Maró passaram a se reconhecer como sujeitos coletivos de direitos, lutando não apenas pela garantia da terra, mas em defesa de suas práticas tradicionais, étnicas e ancestrais como a linguagem, crença e organização social que se configuram em um fenômeno coletivo. Em meados da década de 1990, a Terra Indígena Maró, distribuída em uma área aproximada de 42.373 há - localizada na Gleba Nova Olinda, considerada terra pública que passou a vivenciar conflitos socioambientais com a inserção de extração madeireira, planos de manejo florestais e, mais recentemente, as plantações de soja (PEIXOTO, 2012; BRASIL, 2013).

Os estudos realizados pela Organização Não Governamental (ONG) Terra de Direitos, CPT e o Ministério da Justiça evidenciam a questão da reivindicação do direito territorial dos povos étnicos Borari-Arapium apresentando também a luta pelo reconhecimento de sua identidade cultural. Tal reivindicação baseia-se no direito à terra garantida tanto na Constituição Federal de 1988 como na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que asseguram o direito à terra ocupada tradicionalmente pelos povos indígenas.

Uma pesquisa de âmbito nacional realizada pelo Ministério da Justiça, e publicada

4 “Maior empresa norte-americana do setor agrícola e mundial de *commodities* agrícolas, a Cargill foi fundada em 1865, no Iowa/EUA. A multinacional norte-americana atua na comercialização, processamento e distribuição de produtos agrícolas e alimentícios; além de desenvolver atividades financeiras e industriais pelo mundo inteiro” (LEÃO; BANDEIRA, 2012, p. 03).

em 2013, objetivou analisar as soluções executadas pelas instituições públicas envolvidas nos casos de conflitos fundiários em comunidades tradicionais no Brasil. No estado do Pará identificou-se o caso emblemático da Terra Indígena Maró, o relatório buscou esclarecer a atuação das Instituições Públicas envolvidas no caso como o Instituto Nacional do Meio Ambiente/IBMA, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Instituto de Terras do Pará/ITERPA, Ministério Público Federal/MPF, Ministério Público Estado do Pará/MPE, entre outros. (BRASIL, 2013).

A pesquisa apresentou os três agentes sociais que têm participação direta nesse conflito: comunidades tradicionais localizadas nas áreas de abrangência da Gleba Nova Olinda, grupos econômicos e instituições públicas. Foram observados os níveis de atuação da sociedade civil - como os membros das Comunidades Indígenas – integrantes das organizações/entidades representadas pelo “Movimento em Defesa da Vida e Cultura do Rio Arapiuns” e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR-STM) que denunciam os casos de violação de direitos, a exploração ilegal da madeira, grilagem, dentre outros (BRASIL, 2013).

Ainda segundo o relatório do Ministério da Justiça (2013), às ações dos movimentos sociais e organizações populares se contrapõem aos interesses das atividades de extração madeireira que atuam da seguinte forma:

Pela via judicial, as empresas madeireiras moveram ações civis para a desobstrução do rio, pela restituição da madeira apreendida, a proibição de integrantes do movimento de entrarem nas áreas de manejo (inclusive os que se sobrepunham a TI Maró) e representação criminal pela prática de sequestro, cárcere privado, formação de quadrilha, ameaça, falsidade ideológica, incitação ao crime, entre outros (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 62).

A incorporação de novas áreas na Gleba Nova Olinda por madeireiros e sojicultores intensificou-se no período de 2003 a 2006. Esse crescimento foi facilitado pela ação do Governo do estado do Pará que concedeu 08 (oito) Autorizações de Imóvel Público (ADIP) na região do Rio Arapiuns, entre as quais 03 (três) concessões estão na Gleba Nova Olinda.

No ano de 2009, uma nova política voltada para a mediação dos conflitos fundiários na região foi adotada pelo Estado embora esta esteja voltada prioritariamente para a definição das áreas (dentro de Gleba) destinadas à concessão florestal. A desconsideração por parte do Estado das necessidades das comunidades prejudicadas nesse processo levou o CITA e a liderança comunitária a se posicionarem contra o avanço do desmatamento, pressionando o Governo Federal para a demarcação de seu território.

O Grupo Técnico da FUNAI, que realiza os estudos antropológicos necessários para a identificação e delimitação da Terra Indígena, finalizou, em 2004, o “Relatório de Levantamento Preliminar das Comunidades do Rio-Arapiuns e Baixo Tapajós”, dando continuidade com a criação do Grupo de Estudo Antropológico Terra Indígena Maró. No relatório final desse estudo publicado em 2011, identifica-se uma área de 42 (quarenta

e dois) mil hectares ocupados pelas etnias Borari e Arapium. Em novembro de 2014, o juiz federal deu a sentença invalidando o processo administrativo de demarcação da Terra Indígena Maró ao declarar a inexistência de indígenas na Gleba Nova Olinda.

As entidades e movimentos sociais de Santarém manifestaram-se contra a determinação judicial, por meio da publicação da nota de repúdio à sentença que denuncia a violação de direitos. Nela, as organizações afirmam que a decisão da não demarcação da TI Maró contribui para a violência institucional, simbólica e para extermínio dos povos Borari/Arapium (TERRA DE DIREITOS, 2014; 2015).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os processos socioterritoriais desencadeados em áreas específicas do estado Pará apresentam a lógica mercantil que vem sendo instalada sobre território amazônico. Verificam-se ainda as implicações de dois agentes envolvidos nos conflitos, cuja principal motivação é a apropriação territorial em cada município estudado: a elite dominante e as populações locais.

O primeiro agente representa os grupos econômicos ligados ao mercado imobiliário que abrange a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, em Belém, e do setor madeireiro instalado na microrregião de Santarém. O segundo agente desse processo representa os grupos que vivem nessas regiões, especialmente, os moradores das áreas de abrangência da bacia da Estrada Nova e as comunidades indígenas da TI Maró.

O planejamento urbano de Belém tem se caracterizado por uma política voltada à consolidação do capital, por meio de ações de grandes empreendimentos, que reconfiguram áreas decadentes e precárias em revitalizadas para uso do mercado. Assim, as cidades são produzidas e administradas sob a égide do capital globalizado. Dessa forma, embora no discurso a PMB relata que PROMABEN seja uma resposta às demandas da população e vise melhorar as condições de moradia e saneamento na BHEN, o que tem se observado é o reforço dos efeitos segregativos que o próprio sistema capitalista cria e recria, produzindo a cidade formal e informal.

Em contraposição à exploração madeireira na TI Maró, os movimentos indígenas consolidam a participação e protagonismo político objetivando pressionar o poder público para a efetivação da demarcação territorial. Para isso, os grupos tradicionais incorporam novos elementos no sentido de dar visibilidade ao reconhecimento cultural através do processo de emergência étnica. Nesse processo verifica-se ainda a fragilidade do Estado em regular as terras públicas o que facilita o crescimento das práticas ilegais como esquemas de grilagem, usurpação e especulação das áreas tradicionalmente ocupadas pelas populações tradicionais.

REFERÊNCIAS

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Estudo de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN**. Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2007.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Relatório de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN**. Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2007.

BRASIL. **Conflito fundiário Indígena – Caso da Terra Indígena Maró – Gleba Nova Olinda I, Santarém – Estado do Pará**. In: **Casos Emblemáticos e Experiências de Mediação**: Análise para uma cultura institucional de soluções alternativas de Conflitos Fundiários. Brasília: Ministério da Justiça/ Centro de Estudos sobre o Sistema Judiciário, 2013.

BRASIL. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 12 de Maio de 2016.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Resistência e Mobilização dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós**. n. 1 (junho 2014) – Manaus: UEA edições, 2014.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte. Et all. **A estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Belém**: reflexões sobre a distribuição dos tipos sócio-ocupacionais de 1990 a 2000. *Novos Cadernos NAEA*, v. 10, n. 1, jun. 2007.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições da moradia em Belém e Manaus**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

CRUZ; CASTRO; SÁ. **Urbanização e Segregação Social**: Trabalho e condições de Moradia numa Metrópole da Amazônia Brasileira, Belém/PA. In: *AULP, Revista Internacional em Língua Portuguesa: Cidades e Metrôpoles*. Lisboa, v.3, n. 23, p 193-211. 2010

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém**: o bairro da Sacramento. 1994, 180f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CPT **Santarém apresenta dossiê contra Cargill em audiência pública na região**. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>> Acesso em: 06 julho 2015.

COSTA, S. **Grãos na Floresta**: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia. 2012. 322 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Ed. 6ª. São Paulo, HUCITEC, 1987.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

ENGELS, Friedrich. Contribuição ao Problema da Habitação. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [19--]. p. 105-182. v. 2.

FUNDAÇÃO OWSVALDO CRUZ; FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Caso Terra Indígena Maró**. Disponível em: <<http://www.terradedireitos.org.br>> Acesso em: 7 junho 2015.

LEÃO, Sandro Viégas; BANDEIRA, Felipe de Lima. Estratégias e Institucionalização De Projetos: Dinâmicas Regionais a partir da Expansão do “Agronegócio” em Santarém-Pa. **I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro: SEDRES, Agosto de 2012.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins, 1981.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. **Portos, portas e postais**: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA). 2009. 187f. Dissertação (Mestrado)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

PEIXOTO, Rodrigo et al. O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogenese território, Estado e conflito. In: **Cadernos NAEA**. Vol 15, n 2. Dezembro 2012.

Reserva Extrativista: unidade de conservação: Disponível em: <uc.socioambiental.org/uso-sustentavel/reserva-extrativista> Acesso: 18 março 2016.

SANTANA, Joana Valente. **Desenho ideológico do BID**: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. Rev. *Katálysis*[online]. 2012, vol.15, n.1, pp. 21-31. ISSN 1414-4980.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SÁ, Maria Elvira; GAYOSO DA COSTA, Solange; TAVARES, Lucuana O Rural-Urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, Ana Cláudia. **O Rural e o Urbano na Amazônia: Diferente Olhares em perspectivas**. Belém: Fase, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Ação socioeducativa 2
- Ações para o controle do tabagismo 47
- Adolescência 25, 26, 57
- Ambientes fechados de uso coletivo 37, 41, 42, 61
- Ambientes livres do fumo 42
- Apropriação do território 13, 14
- Assessoria 24, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
- Assistente Social 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 11, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
- Autonomia técnica 30, 33

C

- Capital 4, 5, 6, 11, 14, 15, 16, 21, 37
- Capital globalizado 21
- Capitalismo 1, 5, 11, 12
- Capital monopolista 4
- Centros de referência especializado de assistência social 1
- Classes sociais 4, 14
- Conflitos fundiários 18, 20, 22
- Conselho Tutelar 24, 25, 28, 29, 32, 33, 34
- Convenção-quadro para o controle do tabaco 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 51, 59, 60, 62

D

- Direitos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 43, 49, 63
- Disputa pela ocupação de terras 14

E

- Educação permanente em saúde 37, 45, 47, 51, 52, 53, 58, 59, 60, 61, 62
- Estado 3, 4, 5, 6, 9, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 35, 39, 54, 60
- Estatuto da criança e do adolescente 24, 25, 26, 34, 46

F

- Fumódromos 42

G

Gênero 4, 5, 6, 9, 11, 12, 40

I

Infância 25, 26, 32, 34, 57

L

Lógica capitalista 13, 14

M

Mercantilização da terra 19

Ministério da Saúde 37, 39, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 56, 57, 58, 60, 61, 62

Movimentos indígenas 21

O

Organização Mundial de Saúde 37, 38, 40, 48, 59, 62

P

Planejamento 13, 21, 22, 24, 31, 39, 52, 54

Planejamento urbano 13, 21

Política Nacional de Promoção da Saúde 47, 59

Processo de trabalho 30, 31, 32, 34, 48

Projeto de intervenção 24, 31, 33

R

Relações sociais 1, 5, 11

Reprodução social 2, 19

S

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 13, 14, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 63

Sistematização da prática 24

Sistema Único de Saúde 36, 40, 45, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 63

Sociedade brasileira 4

Sociedade burguesa 2, 4

T

Tabaco 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 61, 62

Tabagistas 44, 50, 52, 53, 56, 61

Trabalho 2, 3, 6, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 42, 44, 46, 47, 48, 51, 56, 58, 60, 61, 62

V

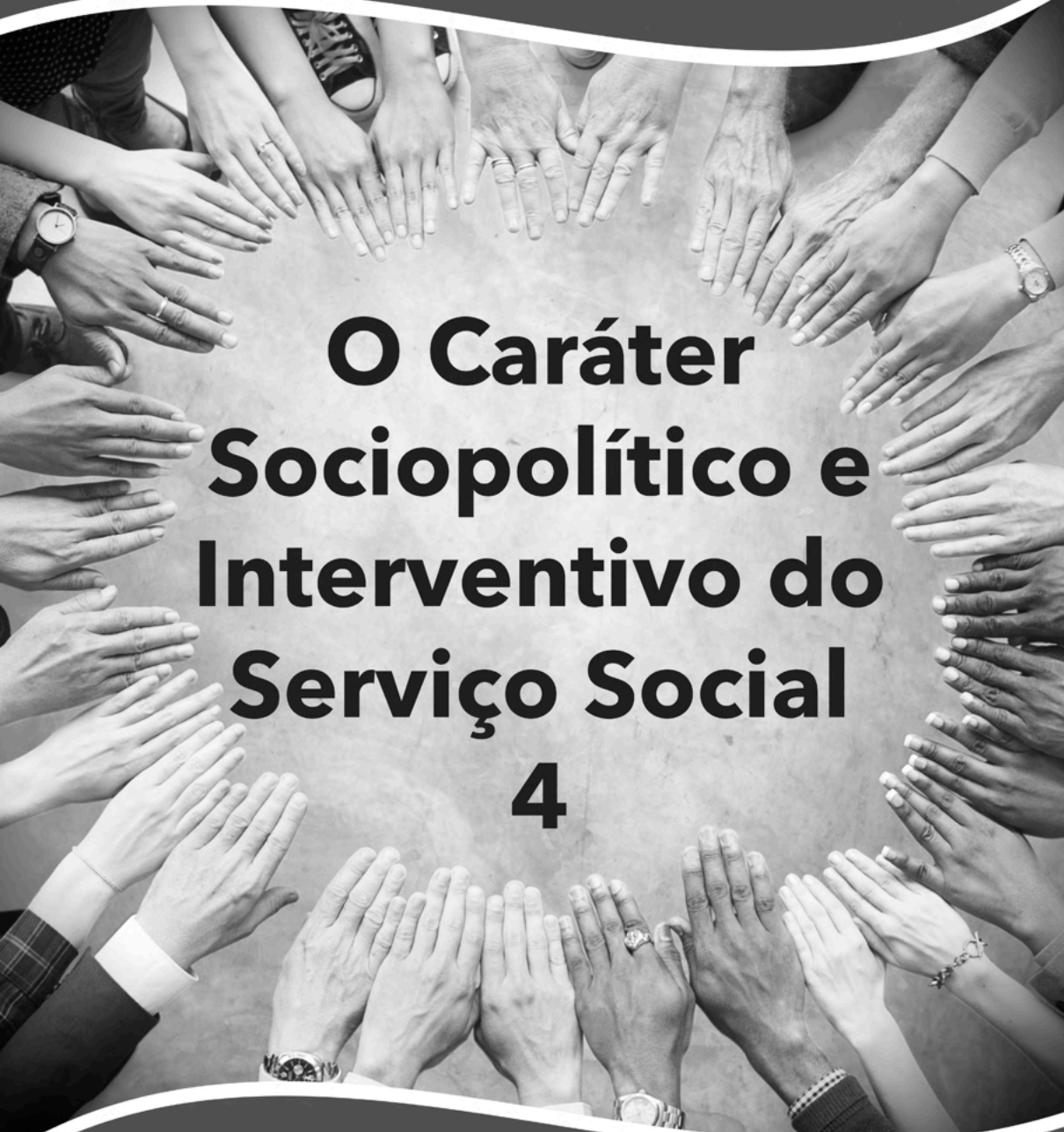
Violência contra a mulher 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 4

 **Atena**
Editora

Ano 2022